

785-Rp

MARCELLO CAETANO

O ESTADO
DOS NOSSOS DIAS
TEM DE CONSTITUIR
UM ESTADO SOCIAL

DISCURSO PRONUNCIADO NO PALÁCIO DE SÃO BENTO
AO RECEBER OS AGRADECIMENTOS DOS DIRIGENTES CORPORATIVOS
EM 15 DE JUNHO DE 1970

1220

785-Rp

MARCELLO CAETANO

O ESTADO DOS NOSSOS DIAS TEM DE CONSTITUIR UM ESTADO SOCIAL

DISCURSO PRONUNCIADO NO PALÁCIO DE SÃO BENTO
AO RECEBER OS AGRADECIMENTOS DOS DIRIGENTES CORPORATIVOS
EM 15 DE JUNHO DE 1970

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1970



785-Rp

S.N.I.
1220

INCORPORAÇÃO

307

MARCELO CASTANO

O ESTADO
DOS NOSSOS DIAS
TEM DE CONSTITUIR
UM ESTADO SOCIAL

PROPOSTA DE LEI Nº 1220 DE 1970
DO SENADO FEDERAL
EM 12 DE JUNHO DE 1970

SECRETARIA FEDERAL DA IMPRESSÃO E PUBLICIDADE

1970



Meus Senhores:

Não me pude furtar a este encontro em que os dirigentes corporativos pretenderam congratular-se com o Governo pela publicação das recentes providências que inscreveram as pensões de sobrevivência entre os benefícios normais da previdência social e permitem a extensão do abono de família aos trabalhadores rurais estabelecidos fora das áreas de jurisdição das casas do povo existentes.

Eu também me congratulo convosco por ter sido possível a adopção de tais medidas. Desde que assumi as actuais funções tem sido minha preocupação revitalizar a acção corporativa e acelerar o andamento de tudo quanto respeita à melhoria da situação dos homens que trabalham, seja na função pública, seja no comércio, na indústria ou na agricultura.

Pelo que respeita ao sector privado encontrei no Ministério das Corporações e naqueles que têm estado à sua frente colaboradores devotados, e até entusiastas. Aos ministros, secretário e subsecretário de Estado e aos

serviços deles dependentes se deve em grande parte quanto foi feito.

Digo «em grande parte» e não totalmente. E digo assim por não esquecer o que toca à organização corporativa.

Já noutras ocasiões tive ensejo de afirmar que o corporativismo continua a ser válido (eu tentava-me mesmo a dizer: cada vez mais válido) como organização e como doutrina.

Não me cansarei em repeti-lo.

É válido como organização, porque os sindicatos e os grémios não devem ser instrumentos de combate ao serviço de movimentos ou de partidos e sim associações que tenham por único fito os interesses profissionais considerados no conjunto dos interesses de toda a comunidade nacional.

Os sindicatos e os grémios não podem por outro lado ser tratados como associações privadas. O Estado dos nossos dias tem de constituir um Estado-social, em cuja estrutura encontrem o seu lugar as organizações de trabalhadores e de empresários. O trabalho, como a empresa, são elementos essenciais da moderna sociedade política. Por isso os sindicatos e os grémios recebem da própria Constituição poderes consideráveis, não só de representação, mas também para celebrar essas verdadeiras leis do trabalho que são as convenções colectivas.

Mas o corporativismo também é válido como doutrina. Nesta o que há de essencial são dois pontos: primeiro, o de que trabalhadores e patrões estão ligados por interesses comuns, porque aos trabalhadores interessa que as

empresas subsistam e prosperem e aos patrões convém ter empregados estáveis, dedicados à empresa e com boas condições de produtividade. Sendo assim, haverá sempre campo de entendimento entre uns e outros. Logo os problemas do trabalho devem ser pacificamente resolvidos entre grêmios e sindicatos.

Mas, e aqui está o segundo ponto, as empresas e portanto os patrões e os seus empregados e operários vivem num País onde não existem apenas os seus problemas particulares. Assim, as soluções dos problemas dos trabalhadores têm de ter em conta a situação das empresas, os problemas de cada profissão não podem deixar de ser vistos à luz das possibilidades e perspectivas da economia nacional, ela própria influenciada, tantas vezes, por circunstâncias de ordem internacional.

Isto explica que, estando o Governo profundamente interessado em melhorar, como já disse, a situação dos trabalhadores, não possa apoiar por sistema todas as reivindicações nem satisfazer em qualquer altura todos os anseios.

Sucede isso entre nós, como aliás acontece em qualquer país, mesmo quando governado por quem se apresenta como representante dos interesses dos trabalhadores — o que nós, de resto, também somos.

É que se as reivindicações não são razoáveis, a situação das empresas fica comprometida, os preços das coisas sobem no mercado interno e tornam mais difícil a exportação de produtos para o estrangeiro, haverá mesmo uma tendência crescente para substituir os homens pelas

máquinas diminuindo o número de empregos disponíveis, e a Nação inteira vê-se em riscos de empobrecer.

O Governo, responsável perante o País, tem de ter em conta todos esses factores. Nós, em Portugal, queremos sindicatos activos, grémios operosos, corporações prestigiadas, queremos que se melhore e aperfeiçoe cada vez mais a distribuição da riqueza e dos seus lucros, mas não podemos agir imprudentemente. Porque se não tivermos em conta as possibilidades das empresas, em particular, e da economia nacional em geral, arriscamo-nos a obter efeitos contrários aos desejados. Aquilo que foi primeiro apresentado como grande vitória, pode ser depois um factor de crise e de aflicção.

Todos compreenderão perfeitamente que para o Governo não há nada mais agradável do que espalhar benefícios entre os cidadãos e facilitar a satisfação dos seus desejos. Se em certos casos os governantes aparecem a travar entusiasmos, a proferir palavras de moderação e a dizer mesmo com firmeza que não pode ser, não é por maldade dos homens, mas porque lhes é forçoso atender a muitos aspectos que os interessados esquecem e que impõem essa prudência e essa decisão.

Não falo já naqueles casos em que certos agitadores põem a correr pretensões exageradas cuja satisfação eles sabem perfeitamente ser impossível, apenas com o intuito de criar mal estar e revolta no seio de uma classe.

O bom senso dos trabalhadores portugueses saberá distinguir entre o que é justo e o que não passa de pretexto subversivo.

Ora, nas providências por cuja aprovação estamos aqui a felicitar-nos verificou-se justamente uma vitória significativa do espírito corporativo.

Tanto o abono de família aos trabalhadores rurais como a generalização das pensões de sobrevivência foram discutidos no seio das corporações interessadas e tiveram a concordância de patrões e trabalhadores.

As entidades patronais reconheceram a justiça dessas providências e anuíram a suportar a sua parte nos encargos que elas acarretam, mesmo quando, como sucede no meio rural, isso implica considerável sacrifício. O Governo preparou as coisas, mandou fazer os estudos, organizou os projectos, assumiu outra parte das despesas, mas na decisão teve o apoio das entidades representativas que são os conselhos das corporações.

Não ficaremos por aqui. Estamos dispostos a caminhar para diante, sempre dentro dos quadros da organização corporativa. Para que o caminho seja firme, não me canso de dizê-lo, é necessário que o pisemos vendo bem onde pomos os pés. Importa não perdermos de vista as realidades. Importa não exigir mais do que a economia do País pode dar. Importa que se não quebre a confiança que deve existir entre os dirigentes corporativos, sejam sindicais ou gremiais, e a massa associativa por um lado e por outro as autoridades governamentais.

Reafirmo que as massas trabalhadoras podem ter a certeza de possuir no Governo toda a compreensão e simpatia para os seus problemas. Mais: de que o Governo está

animado de vivo desejo e até da resolução inflexível, de apoiar as suas justas aspirações.

Mas por outro lado que também compreendam as dificuldades do Governo, o qual não pode deixar de ter em conta facetas que tantas vezes escapam a quem reclama.

O Governo tem de animar o desenvolvimento da economia, tem de atrair capitais para as actividades produtivas, tem de lutar contra a alta de preços, tem de colher impostos suficientes para fazer face às despesas do Estado, tem de defender o ultramar ...

E isto, meus senhores, não são preocupações de algumas pessoas ou de uma classe: são questões vitais para o País inteiro. São problemas de nós todos; de cuja evolução depende em última análise o futuro de Portugal. E pois que nesse futuro todos estamos empenhados, formemos um bloco, governantes e governados, unidos nos mesmos ideais e conduzidos pelos mesmos objectivos, para que do nosso esforço, digo mesmo do nosso sacrifício, possa resultar ainda em nossos dias, se for possível, mas com certeza para os nossos filhos e os nossos netos, um Portugal melhor!

MINISTERIO SOCIAL - MUNICIPALIDAD
BIBLIOTECA

2889

NB



EFG0000013063



S.N. I